Mudança de Singapura para a Suíça

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O movimento inverso é menos comum, mas cada vez mais frequente, à medida que famílias retornam à Europa. Singapura não tem imposto de saída além da regra do exercício presumido, de modo que o fundador parte sem que seus tokens sejam tributados. Ao chegar à Suíça, ele passa a estar sujeito à tributação da renda e do patrimônio mundiais a partir da data em que estabelece domicílio. Seus tokens entram na base do imposto suíço sobre o patrimônio pelo valor de mercado em 31 de dezembro do ano da chegada. Suas recompensas de staking, rendas de empréstimo e airdrops tornam-se renda tributável a partir da data da chegada. Se ele é investidor privado ou trader profissional é avaliado de novo segundo a Circular n.º 36 e a prática da Administração Federal das Contribuições (AFC/FTA) sobre cripto. Um padrão de negociação que a IRAS (Inland Revenue Authority of Singapore, a autoridade tributária) nunca questionou pode ser classificado como profissional na Suíça.[1]

A alternativa é a tributação por montante fixo em Zug, acessível a um fundador que não tenha sido residente na Suíça nos dez anos anteriores e que não exerça atividade remunerada na Suíça. Um fundador que pretende conduzir seu protocolo a partir de Zug não pode utilizá-la, porque conduzir o protocolo é atividade lucrativa na Suíça.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Um fundador que vendeu seu negócio e deseja viver em Zug como investidor pode. Para uma carteira de tokens de qualquer tamanho, o montante fixo é quase sempre mais barato do que a tributação ordinária, incluído o imposto sobre o patrimônio. A Parte G, Capítulo VI expõe as condições, e a Parte P, Capítulo I, o cálculo. A decisão também depende das autorizações de residência. Uma autorização B suíça para um nacional de fora da UE que não seja empregado exige ou uma tributação por montante fixo que represente interesse fiscal para o cantão, ou uma renda suficiente de natureza previdenciária. O serviço cantonal de migração e a administração fiscal coordenam-se na análise do pedido.

Pergunta de cliente

"Tenho um ONE Pass de Singapura e dirijo minha empresa a partir de Singapura. Quero me mudar para Zug e manter a empresa de Singapura. O que muda?" Sua residência fiscal pessoal passa para a Suíça, e sua renda e seu patrimônio mundiais, inclusive seus tokens, tornam-se tributáveis lá às alíquotas ordinárias, a menos que você se qualifique para o montante fixo, o que não ocorre se continuar trabalhando. Sua empresa de Singapura só continua residente em Singapura se o conselho continuar a se reunir e a decidir em Singapura. Se você tomar as decisões a partir de Zug, a Suíça tratará a empresa como residente na Suíça nos termos do art. 50 da Lei federal suíça do imposto federal direto (DBG/DFTA), e a regra de desempate do acordo para evitar a dupla tributação apontará para a Suíça. Convém nomear administradores (directors) residentes em Singapura com autoridade real, limitar seu próprio papel ao de acionista e manter as atas que o comprovem.

Notas

1. Federal Tax Administration (FTA; ESTV), Circular No. 36 on professional securities trading, de 27 de julho de 2012, e o documento de trabalho da FTA sobre criptomoedas e tokens, versão vigente. Ver Parte G, Capítulo II. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com